



## **O DESENCADEAMENTO DE DISPUTAS TERRITORIAIS NO ÁRTICO COM O AVANÇO DO AQUECIMENTO GLOBAL**

Leonardo Agostinho Tomé Junior\*\*

Gabriela Bernardo Soares\*\*

**RESUMO:** Com a descoberta de recursos naturais e minerais no Círculo Polar Ártico, o interesse das grandes nações que circundam a área teve um aumento significativo, levando a uma corrida armamentista entre grandes nações, afim de partilhar o local. Neste sentido, o presente artigo traz uma análise do crescente interesse pela região a partir do século XX, percorrendo as OI's e legislações internacionais atuantes no Ártico e retratando o atual cenário na região, explorando os acordos entre os interessados e as ações militares para reivindicar soberania.

**Palavras-chave:** Ártico; Geopolítica; Conflitos Internacionais; Plataforma Continental.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo trata-se do desencadeamento das disputadas territoriais em torno do Ártico e o avanço do aquecimento global, partindo da descrição do processo histórico, que levou em um curto intervalo de tempo, a uma corrida armamentista e reivindicações territoriais do local. Essa região é disputada por países ‘vizinhos’, Canadá, Dinamarca, Rússia, Estados Unidos e Noruega. Uma das razões determinantes para o desencadeamento desta disputa é a rica fonte de recursos minerais e energéticos existentes no Círculo Polar Ártico e a expectativa desses cinco países de que com o avanço do aquecimento global, facilite a exploração da região.

Mesmo não sendo considerada como um continente e sendo dotada de um clima rigorosamente frio, a região do Ártico é habitado por quase 300 mil nativos além de espécies nativas da região, o que com a continuação dessas explorações pode acarretar a catástrofes ambientais que colocará em riscos mortais as espécies nativas da região e seus

habitantes. Se faz necessário saber também, que o interesse pela região do Ártico vem desde o início do século XX, mas só com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e a descobertas do potencial energético e as reservas de combustíveis fósseis, fez com que a disputa se reacendesse no século XXI e desse início a uma corrida armamentista no local.

As distribuições dos limites territoriais no Ártico começaram a surgir entre 1958 a 1960, através das conferências das Nações Unidas sobre o direito do mar em Genebra. Atualmente os estados membros do Conselho do Ártico, com exceção dos Estados Unidos, tem se valido da CNUDM como forma de defender os seus interesses, pautar as questões da região e fomentar suas explorações. Com o avanço do aquecimento global a disputa começou se acirrar na região, não contanto com nenhuma preocupação desses países sobre as questões ambientais envolvendo, deixando a mercê das organizações ambientais a tarefa de defender o fim das explorações do Ártico.

A pergunta de pesquisa para a iniciação desse artigo parte de como o aquecimento das águas do Ártico desencadeou uma série de descobertas de energias renováveis, e como isso afetou a disputa territorial no local, criando uma tensão militar nos Estados que constituem o Conselho do Ártico. Esse artigo é dividido em cinco seções, tendo como referencial teórico os autores Júnior e Marques, além do apoio de notícias e artigos jornalísticos.

Buscamos responder à pergunta contextualizando o histórico de interesse pelo Ártico, devido ao seu potencial energético e o avanço do aquecimento global, em junção com os organismos responsáveis pela região e o atual cenário da disputa do Ártico. Por fim, projetar um cenário futuro em decorrência dos conflitos, levando em conta o desinteresse de algumas nações em questões ambientais como o aquecimento global.

## **2 O HISTÓRICO INTERESSE PELO ÁRTICO**

Localizada no extremo norte do Planeta, o Ártico não é considerado um continente, porém ele inclui partes dos territórios do Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia. Mesmo com um clima tão extremo, essa região é habitada por alguns tipos de animais, e também por cerca de 300 mil nativos. O ártico abrange um território de 16,5 milhões de quilômetros quadrados, e conta com um baixo nível de derretimento em suas calotas em grande parte do ano. Porém com o

aquecimento global, já há registros de aumento do derretimento nas calotas do Sul do Ártico (PANDIANI; WHITAKER, 2006).

Em 2008 a empresa norte americana *United States Geological Survey* revelou que a região contava em abundância de recursos energéticos e recursos minerais, e o aquecimento global que já vem a afetar a região, possibilita a extração desses recursos. Com isso, iniciou-se a mobilização de algumas nações que circundam a região, investindo em expedições e propagando pressão militar e diplomática para dividir esse território (BONET, 2017).

Segundo Jacinto (2015) o interesse pela região já se mostra presente desde o início do século XX, demonstrado por países como Noruega, Suécia, Dinamarca, Canadá, Rússia, Estados Unidos e pelo Reino Unido. Em 1907 o senador Poirier, do Canadá, reivindicou a área do ártico desde a 60°N até 140°N. Porém na época Estados Unidos, Noruega e Dinamarca já consideravam o território como sendo sem dono, rejeitando então a reivindicação canadiana. Porém tais precedentes não impediram que também no início do século a Rússia tivesse empenhado expedições de alto custo que comprovassem cientificamente sua reivindicação territorial sobre o Ártico.

O crescente interesse pela região veio a criar uma certa urgência no assunto, e fez com que as ideias de Poirier, fossem retomadas. Segundo Júnior e Marques (2012, apud PHARAND, p. 706, 1988), em seu discurso a partilha do território se baseava em condições geográficas.

“Um país cujas possessões se estendem até regiões árticas terá direito, ou deve ter direito, ou tem direito, a todas as terras que forem descobertas nas águas entre uma linha partindo de seu ponto oriental mais ao norte, e outra linha partindo de seu ponto ocidental mais ao norte. Todas as terras entre essas duas linhas até o Polo Norte devem pertencer ao país cujo território confina-as (JÚNIOR; MARQUES, p. 141, 2012 apud PHARAND, p. 706, 1988).”

Segundo Júnior e Marques (2012), em 1925 e 1926, Canadá e a URSS respectivamente, editaram normas de direito interno que refletiam a crescente demanda pelo Ártico. Porém em 1928, um jurista da União Soviética, W. Lakhtine, publica uma obra criando a teoria dos setores e defendendo-a como a mais adequada para o tratamento jurídico de tais desavenças. Em sua obra ele propõe que sejam levadas em consideração as peculiaridades do extremo norte do planeta, que impossibilita a habitação eficaz de

seres humanos. Para ele os únicos países que podem ocupar a região, se restringe aos países adjacentes a área. Em sua obra Júnior e Marques (2012) ressaltam:

“A defesa de Lakhtine se baseia no fato de que as nações que margeiam o Ártico são as mais capazes, por sua proximidade geográfica, de estabelecer razoavelmente a ocupação, já que o transporte de materiais, equipamentos, suprimentos e pessoas é facilitado (JÚNIOR; MARQUES, p. 142, 2012).”

Sendo assim, cada Estado que tivesse incluso nos pontos citados por ele, teria sua parcela para explorar e ocupar. Todas as terras e ilhas ali contidas, estariam sujeitas à soberania do Estado que o possuísse, e deveriam receber tratamento jurídico equivalente às terras e ilhas. Júnior e Marques (2012), ressaltam que oficialmente nenhuma nação adotou essas teorias, isso talvez por causa do contexto geopolítico mundial de tensão constante em decorrência da Guerra Fria. E foi nesse período em que se decorreu a Guerra Fria, que a região era vista como um ponto geopolítico, pois nela se encontrava a menor distância entre Estados Unidos e URSS, e o domínio da área podia ser considerado como vantagem sobre a outra nação.

Os conflitos gerados pelas partes citadas vêm fazendo emergir inúmeras questões que demandam soluções jurídicas, a fim de reger a apuração da legitimidade dos pedidos de extensão da plataforma continental, da necessidade de proteção ambiental peculiar da região e da aplicação de um sistema normativo específico (JÚNIOR; MARQUES, 2012).

### **3 AS ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA REGIÃO**

Por ser um oceano congelado, a região ártica possui o tratamento efetivo de alto-mar, sendo assim, goza do princípio da liberdade do mar. O advento de novas tecnologias de exploração e ocupação territorial põe em cheque a afirmação anterior, na medida em que o Ártico é cada vez mais cobiçado pelos Estados que o margeiam. Para isso os Estados em questão têm utilizado da conferência das Nações Unidas sobre o direito do mar para reivindicar tais áreas (JÚNIOR; MARQUES, 2012).

Segundo Júnior e Marques (2012), as distribuições de limites além-mar começaram a surgir em 1958 e 1960 através da conferência das Nações Unidas sobre o direito do mar em Genebra. Porém desde então os países constituintes vinham alegando a necessidade de uma reformulação do acordado nessas conferências, pois estes tinham

pouca participação dos Estados. Em 1982 então, a ONU na Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar (CNUDM) em Montego Bay, criou um marco normativo no qual delimita que os países que contam com uma costa marítima, tem direito econômico sobre 200 milhas náuticas a partir de seu limite costeiro. Através da convenção de 1982 que tais legislações vieram a se tornar expressivas, tendo em vista que o número de integrantes obteve um aumento relativamente alto. Tal convenção previa o fortalecimento da paz, da segurança, da cooperação e das relações de amizade de todas as nações, fortalecendo o progresso econômico e social de todos os povos do mundo, de acordo com os propósitos e princípios das Nações Unidas.

No CNUDM existe uma brecha na qual os Estados têm se baseado para reivindicar suas extensões sobre o Ártico. Nesse encalço, se um Estado reunir evidências geológicas de que sua plataforma continental se estende por mais que as 200 milhas náuticas impostas pela CNUDM, este país ganha o direito exclusivo de explorar uma área de até 648 quilômetros distante da costa. Tendo em vista isso, os países que rodeiam a região, começaram a preparar argumentos para apresentar no Tribunal Internacional para a Lei do mar. Em 2006 e 2007 a Rússia e a Noruega, respectivamente, foram os primeiros a entregar provas a seu favor. Em 2013 foi a vez da Dinamarca, representando a Groelândia, a entregar seus argumentos, juntamente com o Canadá (CHEROBINO, 2016).

Em 1996 focada nas questões de meio ambiente na região do ártico, surgiu o Conselho do Ártico, que vem a ser um fórum intergovernamental afim de tratar assuntos políticos e em relação à navegabilidade da região. O conselho conta com 8 estados membros, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia, esses todos sendo “vizinhos” do Círculo polar Ártico. Porém seis grupos nativos da região também fazem parte do conselho como participantes permanentes. Organizados em um secretariado de grupos indígenas (IPS), os participantes permanentes são divididos em Associação Internacional Aleuta (AIA), Conselho Atrabasco do Ártico (AAC), Conselho Internacional Gwich’in (GIC), Conselho Inuit Circumpolar (ICC), Associação Russa dos Povos Indígenas do Norte (RAIPON) e o Conselho Sami (SC) (HÄRKÖNEN, 2015).

Segundo Guedes (2015-2016) o secretariado dos participantes permanentes funciona como um facilitador das ações na região, além de garantir uma assistência nas

obrigações pendentes. Outros Estados têm se mostrado interessados no conselho, vindo a se tornar membros observadores. Os membros permanentes do conselho vêm a ser atualmente os mais interessados na exploração da região, optando diretamente pela redistribuição da área.

Os debates do conselho acontecem semestralmente, e em 2016 os membros assinaram em um de seus encontros, uma declaração garantindo as negociações diplomáticas afim de evitar conflitos. Porém para Cherobino (2016), a importância dos recursos na região, é mais que suficiente para manter a tensão. Ele ainda ressalta que nada impede um conflito armado, tendo em vista a segunda guerra do Iraque, onde os EUA mesmo contra um veto do conselho de segurança da ONU, ignorou as leis internacionais e partiu para o ataque.

Os atuais estados membros do Conselho do Ártico, com exceção dos Estados Unidos, têm utilizado a CNUDM como forma de reger as pautas pela região. Segundo Jacinto (2015), no atual momento estes Estados têm procurado provar através de dados geológicos, a extensão das suas plataformas costeiras, além das 200 milhas náuticas acordadas em 1982. A não ratificação da CNUDM pelos Estados Unidos traz vantagem aos outros países, tendo em vista que a região é pequena, o que possibilita mais tempo para o processamento de dados. Porém tudo aponta para que os Estados Unidos venham a assinar a Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar nos próximos anos, pois tal ação protegeria a segurança e os interesses do Estado, além de trazer uma evolução tecnológica para a exploração da região.

#### **4 A ATUAL DISPUTA PELO ÁRTICO**

O Ártico sendo um dos últimos lugares da Terra que não está sob o domínio de nenhum Estado, tem sido alvo de muitas expedições cartográficas de países que têm interesse em seu potencial energético, pois calcula-se que a região possua a quarta parte das reservas mundiais de petróleo, em baixo do seu gelo. A etapa de maior conflito nas negociações se deu em 2007, quando um submarino onde se encontrava uma equipe russa a bordo, colocou no fundo do oceano sua bandeira, que emblematicamente demonstrava a posse na região. Segundo Junior e Marques (2013):

"O Ártico não dispõe, perante a Convenção, de uma disposição particular a respeito da legitimação da ocupação de suas ilhas, ficando a questão a cargo

das normas internacionais de Direito Positivo e Direito costumeiro, da mesma forma que todas as outras regiões do globo. A própria particularidade principal da região, a presença de gelo que, majoritariamente, encontra-se presente ao longo de todo o ano, encontra provisão apenas no artigo 234, que se mostra aberto a compreensões múltiplas, carecendo de uma interpretação mais firme (JÚNIOR; MARQUES. P. 5, 2013). ”

Em 2008 foram iniciadas as primeiras reuniões pautadas sobre a divisão do Ártico. No mesmo ano o presidente russo, Dmitri Medvedev, propôs a elaboração de uma lei federal para delimitar as fronteiras russas, com o intuito de garantir uma parte do Ártico para Rússia. Após as negociações sobre a divisão das terras do Ártico, em setembro de 2010 a Rússia e Noruega, firmaram um acordo que delimita o fim das explorações das jazidas de gás e petróleo no Ártico. Esse acordo vigente há 30 anos já não era satisfatório para os países "vizinhos". (EURONEWS, 2008)

Após esse acordo com Oslo, a Rússia defende a agenda de transformar o Ártico em uma fonte de recursos do século 21, assegurando os interesses do país na região. Os países disputando para conquistar o seu estabelecimento na região, estão com perspectivas que o degelo facilite os seus transportes marítimos para suas expedições de exploração.(EURONEWS, 2008)

Esta disputa de delimitação das fronteiras do Ártico e a sua exploração, conta com a resistência de organizações ambientais. O Greenpeace que é uma das organizações ambientais mais ativas no mundo, aproveitou a ocasião do Rio + 20, para solicitar a ONU uma declaração em que o Ártico viesse a se tornar um santuário global, definindo os limites da exploração, que viessem a proteger a região.(GREENPEACE, 2015)

O cenário de disputas começou a acirrar com o avanço do aquecimento global, onde em janeiro de 2011 a região do Ártico apresentou a menor extensão de gelo para o mês desde o início de registros em 1979, além de ter uma redução na espessura da camada de gelo em cerca de 40%. Tudo isso impulsionou e facilitou à exploração econômica em larga escala, juntamente com a descoberta de combustíveis fósseis na região em 2008. Isso tudo em um período onde o petróleo saltou de US\$ 17 para US\$ 115 por barril, e com maior facilidade de acesso ao petróleo no Ártico do que outras regiões, como no pré-sal brasileiro, onde a exploração é difícil e cara, e no Norte da África e no Oriente Médio, onde a instabilidade política é uma ameaça ao suprimento

(CHEROBINO, 2016). Além disso, Cherobino (2016) ressalta outros fatores que aumentam o interesse das grandes potências na região:

“... o aquecimento liberou uma passagem marítima ligando a Ásia à América do Norte e à Europa que é 7 mil metros mais curta do que o canal do Panamá, na América Central. Isso significa um caminho menor para os navios que transportam mercadorias (CHEROBINO, 2016).”

No final de 2013, o Canadá tratou de cartografar o fundo do mar Ártico **afim de afrontar** a Rússia com a soberania no Polo Norte, esta qual vem fazendo parte das políticas **canadense** desde 2006. Já no ano seguinte a Dinamarca **reclama** um território de 859.000 km além de suas fronteiras marítimas, afirmando que a placa continental do norte da Groelândia está ligada a este território. Na época o Ministro de Negócios Estrangeiros enfatizou que não havia como não avançar suas reivindicações com os dados técnicos e científicos adquiridos, e afirmou ainda não se importar que tal ato pudesse ser visto de forma agressiva por qualquer outro estado (MARQUES, 2014). Segundo Hallinan (2014) este ano em especial ficou marcada pela disputa da Cordilheira Lomonosov, esta qual divide o Ártico em duas bases e corre de baixo do polo, que segundo a Rússia origina-se em seu território. Porém o Canadá e a Dinamarca também clamam a cordilheira para si.

Em 2013 a Rússia reforçou sua presença militar no ártico, **afim** de patrulhar a rota marítima do Norte, que visto por eles, visava ser uma alternativa às rotas comerciais tradicionais. O projeto russo incluiu a reativação de um aeródromo e de uma base militar no arquipélago da Nova Sibéria, no Ártico Oriental, que foi abandonado em 1990 (PEREIRA, 2015). Esta foi utilizada para o recebimento de novos caças, e para ativar um sistema antiaéreo, aumentando a vigilância das fronteiras.

No ano seguinte, o governo canadense organizou uma expedição **a fim** de descobrir o que aconteceu com dois de seus barcos desaparecidos no Ártico. A busca foi um sucesso, mas seu interesse na busca não era geológico, e sim político, pois usou a descoberta para alegar propriedade sob a Passagem do Noroeste. Logo após houve uma ocupação militar nas ilhas de Hans, entrando em desavença com a Dinamarca (HALLINAN, 2014, Tradução de GOMES).

Com o passar do tempo, e o aumento significativo de descobertas energéticas e reivindicações territoriais, outras nações começaram a se mobilizar para participar da



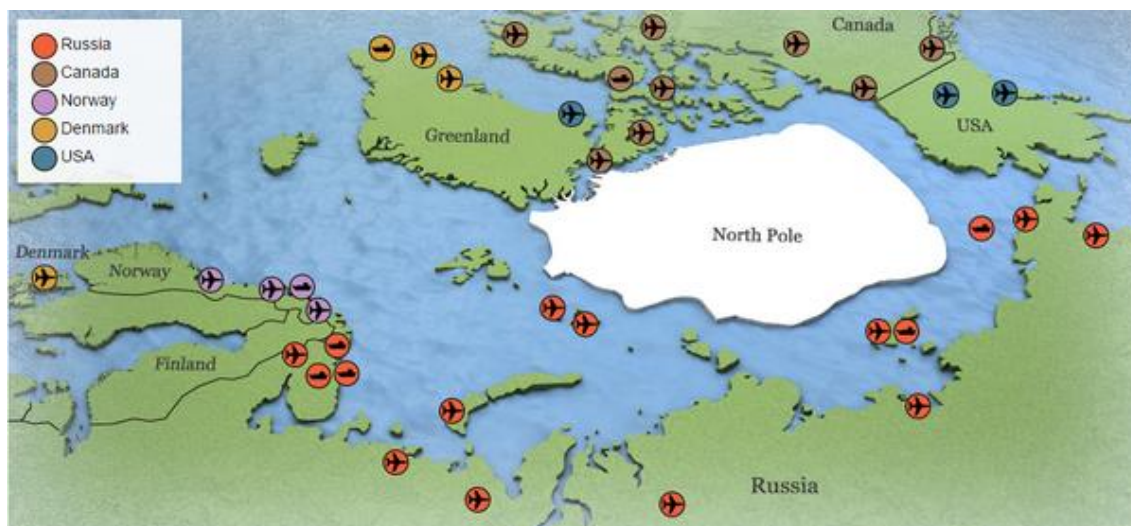
partilha. Apesar de estar de mãos atadas por não ter ratificado o CNUDM, os Estados Unidos também estão tentando se firmar na região. Segundo Hallinan (2014, Tradução de GOMES), o governo estadunidense bateu de frente com o Canadá, acerca do Mar de Beaufort, situado no norte do Canadá. Além disso, o país mantém cerca de 27 mil militares na região, e fazem regularmente patrulhas com seus submarinos nucleares.

Em maio de 2015, a Royal Dutch Shell recebeu do governo dos Estados Unidos a aprovação da licença para exploração do gás natural e petróleo no Oceano Ártico, removendo os impasses que os rodeavam para explorar as águas isoladas do local. Porém meses depois, a Shell surpreendentemente anunciou que estava deixando o Ártico. A empresa explicou que uma das razões para esta decisão, foi o receio de prejudicar a reputação da marca, e os intensos protestos contra a instalação da empresa no Ártico, além do aumento dos custos para explorar o local. (EXAME, 2015)

Todo esse interesse gerou preocupação nos Estados membros do conselho do Ártico, levando eles a uma corrida armamentista, vinculado também a outros conflitos internacionais. Segundo Bonet (2015), a Rússia em 2015 criou um projeto que melhoraria a coordenação e o alcance no Ártico, alocando 6.000 soldados em duas brigadas de infantaria motorizadas. Em março do mesmo ano, o governo executou manobras militares afim de testar a capacidade de combate da frota do Norte, contando com a presença de 40.000 soldados, 41 navios e 15 submarinos. Para o governo Russo, existe uma grande possibilidade de que eles sejam a primeira linha de defesa em caso de um conflito militar global, pois esta é a direção mais provável de um ataque com mísseis nucleares do adversário.

Porém a movimentação militar não se restringiu apenas a Rússia, a figura 1 mostra o avanço militar no ano de 2015 no entorno do Ártico.

Figura 1: Rússia vem aumentando sua presença militar no Ártico.



Fonte: Marques, 2015<sup>1</sup>

Como visto a cima na figura 1, outras nações têm investido em avanços militares em torno do Ártico, porém os maiores avanços até 2015, se encontravam na Rússia e no Canadá, seguidos da Dinamarca, Noruega, Groelândia e Estados Unidos. Segundo Marques (2015) no mesmo ano os Estados Unidos investiram no deslocamento de tropas por toda a Europa, não focando nas disputas do Ártico, mas em forma de demonstrar poder militar, em outros conflitos em andamento.

Ainda em 2015 a Rússia deu início as suas construções dos tanques T-14 Armata, que segundo eles, seria um aliado de peso em tempos de guerra. A inauguração do tanque se deu no desfile na Praça Vermelha, contou com 16 mil soldados, 194 unidades blindadas, 143 aviões e helicópteros. De acordo com Pereira (2016), especialistas afirmam que o tanque é preparado para operar em temperaturas criticamente baixas, devendo ser alocado na região do Ártico (PEREIRA, 2015).

Canadá, Estados Unidos, Polônia e Nova Zelândia em 2016, se uniram para participar da série de exercícios militares no extremo norte do Canadá. De acordo com Kelley (2016), os exercícios tinham como objetivo, preparar os militares para a defesa do norte do país, além de exercer sua soberania no cenário Ártico e demonstrar presença na região. No mesmo ano, cinco bombardeiros estadunidenses sobrevoaram bases militares russas no Ártico.

<sup>1</sup> Disponível em <<http://pt.euronews.com/2015/03/21/russia-intensifica-exercicios-militares-e-estados-unidos-coloca-f-16-na-estonia>> Acesso em: 28 jul. 2017.

No atual ano de 2017, a Rússia pretende ativar mais de 100 instalações militares, se distribuindo nas regiões dos arquipélagos de Francisco José, Nova Zembla, Nova Sibéria e a Ilha de Wrangel (MELNIKOV, 2017). Segundo análises de Osborn (2017), o poder militar russo no Ártico, deve ultrapassar o da União Soviética durante a Guerra Fria, isso por causa dos constantes treinamentos e presença militar na região, agregada ao grande número de produção de quebra gelo e outros veículos adaptados para atuar na localidade.

Contudo, o interesse por tal região perpassa os membros permanentes do Conselho do Ártico que margeiam a região. A China em 2014 realizou a travessia de seu quebra gelo “Dragão da Neve” pela passagem do Mar do Norte, e forçou sua entrada no Conselho do Ártico como observador permanente. Parafraseando Hallinan (2014, Tradução de GOMES):

“Com todo esse potencial para conflitos, existe uma vasta área para cooperação no Ártico. A Rússia e a Noruega dividiram entre si o Mar de Barents e os dois países, juntos do Reino Unido e dos EUA, estão cooperando para resolver seus problemas de despejo nuclear na Península de Kola e Arkhangelsk. Existem interesses ambientais mútuos, afinal, o Ártico é um local delicado: fácil de prejudicar, lento em curar (HALLINAN, 2014, Tradução de GOMES).”

A China entrou como grande aliada da Rússia no que tange os assuntos do Ártico. No início de 2017, ambas as nações firmaram um acordo de cooperação na exploração da região, executando projetos de transporte e infraestrutura no que diz respeito ao programa da Rota do Mar do Norte (SITDIKOV, 2017).

Vale ressaltar que a China virou um importante parceiro comercial em 2014, após a Rússia anexar a Criméia, em uma ação estratégica de aliviar o impacto das sanções ocidentais. Ambos os Estados firmaram um acordo de gás natural no valor de 40 bilhões de dólares, com uma duração de 30 anos.

“Por ora, China e Rússia são aliados e parceiros comerciais, e ambos gostariam de ver o papel dos EUA diminuindo na Ásia. Esse desejo, é claro, vai de encontro ao crescimento da presença militar norte-americana na região – a chamada “pivotização da Ásia” (HALLINAN, 2014, Tradução de GOMES).”

No final de dezembro de 2016, antes de deixar a Casa Branca, Barack Obama declara proibida nos Estados Unidos a exploração de hidrocarbonetos no Ártico e no

Atlântico, amparado pela lei de 1953, que concede salvaguardas de que esta não poderá ser revogada. Esta legislação confere o poder de proteger qualquer exploração de gás e petróleo em águas federais. Donald Trump que prometia expandir a petrolífera "off-shore" e que iria extinguir da vida dos norte-americanos a Agência de Proteção Ambiental (EPA), se vê com poucas alternativas para lidar com esta questão, sendo uma grande vitória para os ativistas, para humanidade e o meio ambiente. Em contrapartida o Canadá anuncia de maneira permanente interdição de novas perfurações das águas canadianas do Ártico, com ressalvas de revisão a cada cinco anos. (EURONEWS, 2016)

Até o atual momento não há uma previsão, nem ações que visem preservar o Ártico, tendo em vista dois eventos de grandes potências que ressaltam suas indiferenças com as questões climáticas. No início de 2017 no fórum sobre o Ártico, o então presidente da Rússia, Vladimir Putin, ressaltou não concordar que as alterações climáticas estejam relacionadas com as atividades humanas, afirmando também que o aquecimento se iniciou na década de 1930 (PEREIRA, 2017). Na mesma época, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou um decreto do qual ordena a revisão de um dos principais projetos do antigo presidente estadunidense, Barack Obama. Nele o atual presidente, retira a principal potência econômica mundial do Acordo de Paris, em que se visava reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa. Segundo Ahrens, sua fala para a retirada do tratado se baseou no fato de Trump achar o acordo debilitante, desvantajoso e injusto, além de o então presidente não acreditar no aquecimento global.

Segundo Pereira (2017), em fevereiro de 2017, a extensão de gelo no oceano Ártico atingiu mínimos recordes, tendo perdido o equivalente a uma área maior do que o México. Algumas nações que não participam da partilha da região têm demonstrado certa preocupação. O Presidente da Islândia, Gudni Johannesson, lembrou da importância de preservar a região, ressaltando a importância que os oceanos têm para toda a humanidade, e da dependência que há por recursos marinhos.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As tensões em torno do Ártico após a descoberta de recursos energéticos e minerais, tem se tornado um ponto chave para conflitos e movimentações militares na região. Atualmente a presença militar na área, tem sido crescente, e as nações tem se

pautado na Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar para reivindicar sua posse por territórios até então, sem donos.

Por se tratar de uma região extremamente remota, a exploração de recursos se torna arriscado. As condições climáticas oferecem uma dose de dificuldade para perfurações na localidade, contando com riscos eminentes da colisão dos gelos flutuantes, de temperaturas muito baixas, e de grandes tempestades. Além disso deve-se ressaltar o grande perigo em caso de um desastre ambiental, tendo em vista que se de fato ocorrer alguma dessas situações, serão mortais para as espécies da região. As empresas energéticas que explanam ter garantias para lidar com estes perigos, já se fez ineficaz com o acontecido no Golfo do México, além da tubagem de petróleo derrubada na Encosta Norte do Alasca em 2006.

As indiferenças de grandes potências nacionais acerca de assuntos ambientais, se mostra um perigo para todo o planeta, tendo em vista que a exploração em massa do Ártico causará um aumento significativo no processo de aquecimento global, gerando prejuízos e aumentando catástrofes ao longo do globo terrestre. A saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris, é um grande afronte ao meio ambiente, já que o país é o segundo maior emissor de poluentes do mundo, e abre precedente para que outras nações tomem o mesmo rumo.

Vale acrescentar também o vislumbre das nações que não margeiam o Ártico, principalmente a China, que têm tido uma crescente parceria com a Rússia, inclusive para a exploração do Ártico. Até o atual momento nenhuma das nações entram em conflitos armados, porem a tensão na região aumenta cada vez mais, ocasionando um grande conflito político.

Ao analisar as notícias abordadas no artigo, foi possível ter uma visão ampla das mobilizações por parte dos Estados, em busca de hegemonia. Viu-se um cenário propenso a conflitos, e que em vários momentos assemelhou-se a cenários passados, como a corrida armamentista despontada nas nações que circundam o Ártico, e a partilha da região, lembrando a corrida armamentista na Guerra Fria e a partilha territorial do norte da África, que antecede a primeira Guerra Mundial, respectivamente.

Por fim, um possível conflito armado na região, não pode ser descartado. A tensão na região, aumenta ainda mais com outros conflitos internacionais, em que os mesmos Estados estão envolvidos. A grande ameaça entre países, e a crescente crise

migratórias, fazem com que o sistema internacional esteja imerso em um grande mar de tensões, a espera de uma fagulha que a qualquer momento pode dar início a um conflito mundial, com a junção de várias desavenças entre os Estados.

## REFERÊNCIAS

AHRENS, Jan Martínez. **Donald Trump enterra esforço global para deter mudança climática.** 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/01/internacional/1496334641\\_201201.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/01/internacional/1496334641_201201.html)>. Acesso em: 04 jul. 2017.

Aleksi Härkönen (Org.). **Arctic Council.** Disponível em: <<http://www.arctic-council.org/>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BONET, Pilar. **Nova guerra fria começa a despontar no Ártico.** 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/02/internacional/1427998445\\_036342.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/02/internacional/1427998445_036342.html)>. Acesso em: 5 jun. 2017.

CHEROBINO, Vinicius. **Guerra gelada: a disputa pelo petróleo debaixo do Ártico.** 2016. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ideias/guerra-gelada-a-disputa-pelo-petroleo-debaixo-do-artico/>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

EURONEWS (Ed.). **Http://pt.euronews.com/2008/09/18/poles-apart-russia-sets-seabed-borders:** Dmitri Medvedev quer salvaguardar uma parte do Ártico para a Rússia a longo prazo. 2008. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2008/09/18/poles-apart-russia-sets-seabed-borders>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

EXAME (Ed.). **EUA aprova plano da Shell para explorar petróleo no Ártico:** De tal forma, a companhia do setor de energia removeu um dos principais obstáculos para explorar essas isoladas águas. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/eua-aprova-plano-da-shell-para-explorar-petroleo-no-artico/>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

EURONEWS (Ed.). **OBAMA PROÍBE EXPLORAÇÃO DE HIDROCARBONETOS NO ÁRTICO E NO ATLÂNTICO:** A exploração de hidrocarbonetos no Ártico e no Atlântico é partir de agora proibida nos Estados Unidos, Donald Trump está de mãos atadas. 2016. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2016/12/21/obama-proibe-em-definitivo-a-exploracao-de-hidrocarbonetos-no-artico-e-no>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

GREENPEACE (Ed.). **Retrospectiva Salve o Ártico:** Apesar da Shell ter desistido de explorar o Ártico, a região ainda não está a salvo das grandes empresas de petróleo e da pesca industrial. 2015. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Retrospectiva-Salve-o-Artico/>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

HALLINAN, Conn. **The Big Chill: Tensions in the Arctic.** Tradução de GOMES, Vinicius. 2014. Disponível em: <<http://fpif.org/big-chill-tensions-arctic/>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

KELLEY, Patrick. **EUA, Polônia e Nova Zelândia se juntam ao Canadá em exercícios militares no Ártico**. 2016. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/mundo/201602083522687-EUA-Polonia-Nova-Zelandia-juntam-Canada-exercicios-militares-Artico/>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

MARQUES JÚNIOR, José Carlos; MARQUES, Rafael Diógenes. Disputas territoriais no Ártico à luz da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 3, n. 2, p.139-152, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/issue/view/6/showToc>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MARQUES, Francisco. **DINAMARCA REIVINDICA VASTO TERRITÓRIO DO PÓLO NORTE**. 2014. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2014/12/16/dinamarca-reivindica-vasto-territorio-do-polo-norte>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

MARQUES, Francisco. > **RÚSSIA INTENSIFICA EXERCÍCIOS MILITARES E ESTADOS UNIDOS COLOCAM F-16 NA ESTÓNIA**. 2015. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2015/03/21/russia-intensifica-exercicios-militares-e-estados-unidos-coloca-f-16-na-estonia>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

MELNIKOV, Valery. **Mais de 100 estruturas militares russas entrarão em funcionamento no Ártico neste ano**. 2017. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/russia/201701257510939-estruturas0militares-russia-funcionamento-artico/>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

OSBORN, Andrew. **Putin's Russia in biggest Arctic military push since Soviet fall**. 2017. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-russia-arctic-insight-idUSKBN15E0W0>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

PANDIANI, Beto; WHITAKER, Felipe. **Rota Boreal**. São Paulo: Terra Virgem, 2006.

PEREIRA, Nelson. **T-14 ARMATA: A NOVA ARMA DE DESTRUIÇÃO RUSSA**. 2015. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2015/05/06/t-14-armata-a-nova-arma-de-destruicao-russa>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

PEREIRA, Nelson. **PUTIN: ALTERAÇÃO CLIMÁTICA NÃO É CONSEQUÊNCIA DA ATIVIDADE HUMANA**. 2017. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2017/03/30/putin-alteracao-climatica-nao-e-consequencia-da-atividade-humana>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

SITDIKOV, Ramil. **Rússia e China expandem cooperação para a exploração do Ártico**. 2017. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/mundo/201703298016745-russia-china-artico/>>. Acesso em: 02 jul. 2017.